



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 445-A, DE 1997

(Do Sr. Gonzaga Patriota e outros)

Acrescenta § 7º ao art. 37 da Constituição Federal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela inadmissibilidade, contra os votos dos Deputados Maurício Quintella Lessa, Vilmar Rocha, João Paulo Gomes da Silva, José Divino, Juíza Denise Frossard, Ney Lopes e Aloysio Nunes Ferreira (relator: DEP. EDMAR MOREIRA).

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

SUMÁRIO

I - Proposta inicial

II - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- parecer do relator
- parecer da Comissão
- Declaração de voto

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º, DO ART. 60, DA CONSTITUIÇÃO, PROMULGAM A SEGUINTE EMENDA AO TEXTO CONSTITUCIONAL:

Artigo Único. O art. 37, da Constituição, passa a vigor acrescido do seguinte § 7º:

"Art. 37.

.....

§ 7º Ao servidor público que, com fundamento em prova documental e fatos, denunciar ao Ministério Público da União ou dos Estados e do Distrito Federal, a prática de ato que configure apropriação indébita de valores, bens ou serviços públicos, são assegurados os seguintes direitos:

- a) estabilidade no cargo, função ou emprego por cinco anos;
- b) promoção por merecimento;
- c) revogação de punição determinada por superior hierárquico em virtude da denúncia;
- d) segurança pessoal e para sua família, quando for o caso".

Sala das Sessões, aos

J U S T I F I C A Ç Ã O

A corrupção transformou-se num traço do caráter de muitos homens públicos, como demonstram os acontecimentos que culminaram com o "impeachment" do ex-Presidente Collor e as constantes denúncias de atos atentatórios ao Erário Público em todos os escalões da vida pública nacional.

O pior é que servidores públicos honestos, que denunciam atos de rapinagem contra a coisa pública, acabam, paradoxalmente, sendo punidos por seus superiores hierárquicos, numa completa inversão de valores.

Por isso, esta iniciativa tem por anelo inserir, no texto constitucional, disposição que não só assegure direitos aos servidores públicos que denunciarem atos de improbidade administrativa, como também que os premie, pois o silêncio cúmplice, por temor de punição, deve ser combatido.

Temos convicção de que a medida preconizada contribuirá para que diminuam, no contexto da Administração Pública, a prática de atos lesivos ao País.

Sala das Sessões, aos 20/12/96

Deputado DOMENAGA PATRIOTA

17/12/96
04/02/97

Assinaturas Confirmadas

ADELSON SALVADOR
ADEMIR LUCAS
ADHEMAR DE BARROS FILHO
AFFONSO CAMARGO
AGNALDO TIMOTEO
ALCIDES MODESTO
ALDO ARANTES
ALEXANDRE CARDOSO
ALEXANDRE SANTOS
ALMIR AFFONSO
ALOYSIO NUNES FERREIRA
ALVARO GAUDENCIO NETO
ANA JULIA
ANIBAL GOMES
ANTONIO DO VALLE
ANTONIO FEIJAO
ANTONIO GERALDO
ARMANDO ABILIO
ARNON BEZERRA
ARTHUR VIRGILIO

AUGUSTO CARVALHO
AUGUSTO NARDES
BENEDITO DE LIRA
BENEDITO GUIMARAES
OTTO LELIS
BONIFACIO DE ANDRADE
CARLOS CAMURCA
CARLOS CARDINAL
CARLOS MELLES
CASSIO CUNHA LIMA
CHICAO BRIGIDO
CHICO DA PRINCESA
CLAUDIO CAJADO
CLEONANCIO FONSECA
CONFUCIO MOURA
CORIOLANO SALES
CUNHA LIMA
DARCISIO PERONDI
DE VELASCO
DOMINGOS DUTRA

DOMINGOS LEONELLI
EDSON EZEQUIEL
EDSON SILVA
ELIAS MURAD
ELISEU RESENDE
ENIO BACCI
ERALDO TRINDADE
EURIPEDES MIRANDA
EXPEDITO JUNIOR
FELIPE MENDES
FERNANDO FERRO
FERNANDO TORRES
FEU ROSA
FIRMO DE CASTRO
GERSON PERES
GERVASIO OLIVEIRA
GILVAN FREIRE
HERCULANO ANGHINETTI
HERMES PARCIANELLO
IBERE FERREIRA

IBRAHIM ABI-ACKEL
INACIO ARRUDA
IVANDRO CUNHA LIMA
JAIR MENEGUELLI
JOAO COLACO
JOAO COSER
JOAO LEAO
JOAO MAIA
JOFRAN FREJAT
JORGE ANDERS
JOSE ALDEMIR
JOSE AUGUSTO
JOSE BORSA
JOSE CHAVES
JOSE DE ABREU
JOSE FRITSCH
JOSE LOURENCO
JOSE MAURICIO
JOSE PIMENTEL
JOSE REZENDE
JOSE TELES
JULIO REDECKER
LAEL VARELLA
LAURA CARNEIRO
LEONEL PAVAN
LEONIDAS CRISTINO
LEOPOLDO BESSONE
LIDIA QUINAN
LUCIANO CASTRO
LUCIANO ZICA
LUIS BARBOSA
LUIZ BUAIZ
LUIZ PIAUHYLINO
MARCELO DEDA
MARCELO TEIXEIRA
MARCIA MARINHO
MARCIO REINALDO MOREIRA
MARCONI PERILLO

MARCOS LIMA
MARIA VALADAO
MARIO DE OLIVEIRA
MARIO NEGROMONTE
MAURO LOPES
MILTON MENDES
MURILO PINHEIRO
MUSSA DEMES
NAN SOUZA
NELSON MEURER
NESTOR DUARTE
NILSON GIBSON
NOEL DE OLIVEIRA
ODELMO LEAO
OLAVIO ROCHA
OSCAR GOLDONI
OSMANIO PEREIRA
OSMIR LIMA
OSVALDO COELHO
OSVALDO REIS
PAULO CORDEIRO
PAULO PAIM
PAULO RITZEL
PAULO ROCHA
PAULO TITAN
PEDRO CANEDO
PEDRO CORREA
PHILEMON RODRIGUES
PIMENTEL GOMES
RAIMUNDO SANTOS
RICARDO BARROS
RICARDO GOMYDE
RICARDO HERACLIO
ROBERTO BALESTRA
ROBERTO MAGALHAES
ROBERTO PAULINO
ROBERTO VALADAO
ROGERIO SILVA

ROGERIO SILVA
ROMEL ANIZIO
ROMMEL FEIJO
SARAIVA FELIPE
SEBASTIAO MADEIRA
SERGIO BARCELLOS
SERGIO CARNEIRO
SERGIO GUERRA
SERGIO MIRANDA
SEVERIANO ALVES
SEVERINO CAVALCANTI
SILAS BRASILEIRO
SILVIO ABREU
SIMAO SESSIM
SIMARA ELLERY
SYLVIO LOPES
TALVANE ALBUQUERQUE
TETE BEZERRA
UBALDINO JUNIOR
UBIRATAN AGUIAR
USHITARO KAMIA
VALDENOR GUEDES
VALDIR COLATTO
VANESSA FELIPPE
VICENTE ANDRE GOMES
WAGNER ROSSI
WALDOMIRO FIORAVANTE
WELINTON FAGUNDES
WILSON BRANCO
WILSON CAMPOS
WILSON LEITE PASSOS
WOLNEY QUEIROZ
ZE GERARDO
ZE GOMES DA ROCHA
ZILA BEZERRA

Assinaturas Confirmadas Repetidas.

ALCIDES MODESTO
ARTHUR VIRGILIO
BETO LELIS
CASSIO CUNHA LIMA
EURIPEDES MIRANDA
EXPEDITO JUNIOR
FEU ROSA

GONZAGA PATRIOTA
JOAO COLACO
JOSE AUGUSTO
JULIO REDECKER
LEONEL PAVAN
LEOPOLDO BESSONE
LUIZ PIAUHYLINO

MURILO PINHEIRO
NAN SOUZA
OSVALDO COELHO
RICARDO GOMYDE
SERGIO CARNEIRO
SERGIO CARNEIRO
UBALDINO JUNIOR

Assinaturas que Não Conferem

ADAO PRETTO
ARMANDO COSTA
B. SA
BOSCO FRANCA
CARLOS MAGNO
DELFIN NETTO
FERNANDO GONCALVES

FRANCISCO RODRIGUES
JOSE JANENE
JOSE PRIANTE
NEWTON CARDOSO
PAULO HESLANDER
PEDRO VALADARES
SERGIO NAYA

Assinaturas que Não Conferem Repetidas

ALEXANDRE CARDOSO
CLEONANCIO FONSECA
IVANDRO CUNHA LIMA
PEDRO VALADARES

UBIRATAN AGUIAR
WILSON CAMPOS
ZE GERARDO

Assinaturas de Deputados(as) Licenciados(as) Repetidas

Assinaturas de Deputados(as) Licenciados(as)

ANTONIO JOAQUIM
ELIAS ABRAHAO
IVO MAINARDI

JOSE CARLOS SABOIA
OSCAR ANDRADE

ANTONIO JOAQUIM
ANTONIO JOAQUIM

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Seção de Atas

Ofício nº 011/96


Brasília, 18 de fevereiro de 1997.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição, do Senhor Gonzaga Patriota e outros, que "Dispõe sobre o acréscimo de § 7º, ao art. 37, da Constituição", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

172 assinaturas válidas;
014 assinaturas que não conferem;
005 assinaturas de Deputados licenciados; e
030 assinaturas repetidas.

Atenciosamente,


CRISTIANO DE MENEZES FEIJÓ
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA
Secretário-Geral da Mesa
N E S T A

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"

CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO VII Da Administração Pública

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I Do Poder Legislativo

SEÇÃO VIII Do Processo Legislativo

SUBSEÇÃO II Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....
.....

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

I - RELATÓRIO

O eminente Deputado Gonzaga Patriota e outros não menos ilustres pares pretendem acrescentar ao artigo 37 da Constituição Federal, que dispõe sobre a Administração Pública, o § 7º, nos seguintes termos:

"Art. 37.....

.....

§ 7º Ao servidor público que, com fundamento em prova documental e fatos, denunciar ao Ministério Público da União ou dos Estados e do Distrito Federal, a prática de ato que configure apropriação

indébita de valores, bens ou serviços públicos, são assegurados os seguintes direitos:

- a) estabilidade no cargo, função ou emprego por cinco anos;
- b) promoção por merecimento;
- c) revogação de punição determinada por superior hierárquico em virtude da denúncia;
- d) segurança pessoal e para sua família, quando for o caso."

Na opinião dos autores, deduzida na justificação da proposta:

"A corrupção transformou-se num traço do carácter de muitos homens públicos, como demonstram os acontecimentos que culminaram com o "impeachment" do ex-presidente Collor e as constantes denúncias de atos atentatórios ao Erário Público em todos os escalões da vida pública nacional.

O pior é que os servidores públicos honestos, que denunciam atos de rapinagem contra a coisa pública, acatam, paradoxalmente, sendo punidos por seus superiores hierárquicos, numa completa inversão de valores."

E, concluem, que a modificação do texto constitucional "tem por anelo inserir, no texto constitucional, disposição que não só assegure direitos aos servidores públicos que denunciarem atos de improbidade administrativa, como também que os premie, pois o silêncio cúmplice, por temor da punição, deve ser combatido."

A proposta de emenda constitucional veio inicialmente a esta Comissão de Comissão e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados para conhecimento e decisão nos termos regimentais, o que não ocorreu, face ao seu arquivamento com o final da legislatura.

Posteriormente, a proposição foi desarquivada, com fulcro no parágrafo único do art. 105 do Regimento Interno, tendo, assim, reiniciado o trâmite nesta Casa no ponto em que se encontrava quando a legislatura anterior se exauriu.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

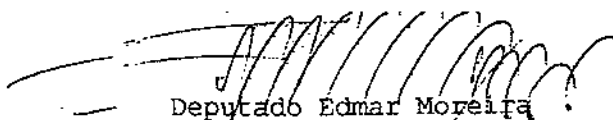
Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, segundo o artigo 202 do Regimento Interno, apreciar a proposição quanto ao preenchimento dos requisitos indispensáveis à sua admissibilidade, consoante o estatuído pelo art. 139, II, c, do mesmo regulamento.

Examinando-a, verifico que a proposta de emenda constitucional epigrafada não apresenta condições de ultrapassar o juízo a cargo desta Comissão Técnica, por conflitar com regramento inserido na Carta Política.

Com efeito, a estabilidade no cargo, função ou emprego - que se pretende assegurar, por cinco anos, ao servidor público que denuncie, fundamentadamente, a prática de atos de apropriação indébita de valores, bens ou serviços públicos - só é admitida pela Constituição Federal, ex vi do art. 41, após três anos de efetivo exercício, **aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.**

Diante do acima exposto, voto pela inadmissibilidade ao trâmite regular da Proposta de Emenda à Constituição nº 445/97, face à sua inconstitucionalidade.

Sala da Comissão, em 16 de agosto de 2001.


Deputado Edmar Moreira
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, contra os votos dos Deputados Maurício Quintella Lessa, Vilmar Rocha, João Paulo Gomes da Silva, José Divino, Juíza Denise Frossard, Ney Lopes e Aloysio Nunes Ferreira pela inadmissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 445/1997, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Edmar Moreira. Os Deputados Roberto Magalhães e Juíza Denise Frossard apresentaram Declaração de Voto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Luiz Eduardo Greenhalgh - Presidente, Patrus Ananias e Juíza Denise Frossard - Vice-Presidentes, Alexandre Cardoso, Aloysio Nunes Ferreira, André de Paula, André Zacharow, Antonio Carlos Biscaia, Antônio Carlos Magalhães Neto, Bispo Rodrigues, Darci Coelho, Edmar Moreira, Edna Macedo, Ibrahim Abi-Ackel, Ildeu Araujo, Inaldo Leitão, Jaime Martins, João Fontes, João Paulo Gomes da Silva, José Divino, José Eduardo Cardozo, José Ivo Sartori, Marcelo Ortiz, Maurício Quintella Lessa, Maurício Rands, Mendes Ribeiro Filho, Mendonça Prado, Michel Temer, Ney Lopes, Osmar Serraglio, Paulo Magalhães, Paulo Pimenta, Roberto Magalhães, Robson Tuma, Rubinelli, Sandra Rosado, Sigmaringa Seixas, Vilmar Rocha, Wagner Lago, Zenaldo Coutinho, Coriolano Sales, Custódio Mattos, Dilceu Sperafico, Eliseu Padilha, Gonzaga Patriota, Heleno Silva, Jair Bolsonaro, José Pimentel, Paulo Afonso, Promotor Afonso Gil, Wilson Santos e Zelinda Novaes.

Sala da Comissão, em 16 de abril de 2003


Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH
Presidente

DECLARAÇÃO DE VOTO

Sr. Presidente,

Nobres Colegas,

Estou convencido de que o art. 61, inciso IV, da Constituição de 1988 não esgota, de modo expresso, o elenco de normas pétreas da referida Carta.

O Ministro Carlos Veloso, do STF, em artigo publicado em obra editada em homenagem a Geraldo Ataliba, nos adverte que os princípios constitucionais da liberdade e da igualdade "torna a forma republicana de Governo intangível à mão do constituinte derivado" (obra citada, pág. 167).

Também ele, Carlos Veloso, no mesmo trabalho, afirma que nos termos do art. 1º da Constituição, "a República Federativa do Brasil se constitui um Estado Democrático de Direito" que tem como fundamento a cidadania, consoante letra expressa do citado art. 1º, inciso II.

Segue-se, portanto, que há normas pétreas implícitas, decorrentes de princípios fundamentais expressos, que concorrem para a índole, natureza, conteúdo e características da Constituição.

Aceitando esta premissa, como aceito com sólida convicção, ousou afirmar que os princípios constitucionais inscritos no art. 37 da Constituição, para a Administração Pública direta e indireta, da União, Estados, DF e Municípios, a saber, os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, são desdobramentos do Estado Democrático de Direito e, nessa condição, insuscetíveis de derrogação ou excepcionalidade, pela via de emenda constitucional.

Concluo, assim, que ao colidir com os diversos dispositivos constitucionais que decorrem daqueles princípios, por exemplo, a forma anômala de atribuir estabilidade temporária no serviço público e a de instituir hipótese de promoção sem consonância com os critérios do mérito no exercício das funções específicas do cargo ou tempo de serviço, fica a PEC sob exame eivada do vício de inconstitucionalidade.

Poderia me socorrer da argumentação brilhante do Dep. Ibraim Abi-Ackel, quanto ao problema do prêmio à delação pelo servidor público, para também invocar o princípio de moralidade, mas prefiro não fazê-lo, restringindo-me ao princípio da legalidade, em homenagem ao Dep. Gonzaga Patriota, autor da PEC, que a apresentou movido pelo nobre propósito de criar um instrumento jurídico a mais para o combate à corrupção no serviço público.

Tenho, assim, a PEC 445/1997 por inadmissível, por colidir com a norma pétrea do princípio da legalidade, essencial à caracterização do Estado Democrático de Direito.

Brasília, DF, em de abril de 2003.


ROBERTO MAGALHÃES
Deputado Federal

DECLARAÇÃO DE VOTO DA DEPUTADA JUIZA DENISE FROSSARD

Votei vencida, pela admissibilidade da PEC 445/97, com todo o respeito aos doutos votos em contrário, nos termos que se seguem.

Juízo de admissibilidade é a decisão inicial de um procedimento legislativo, administrativo ou judicial, proferido pela autoridade competente. Há de comum nesses procedimentos, a exigência do preenchimento de certos requisitos legais consistentes em pressupostos e condições sem os quais o procedimento não deve prosseguir. Trata-se, pois, de cautela saneadora.

No caso específico dos projetos de emenda constitucional a sua admissibilidade está condicionada aos pressupostos e condições estabelecidos na Constituição e nos regimentos internos de cada uma das Casas do Congresso Nacional. Destaca-se entre esses requisitos preliminares, a conformidade do projeto com as normas constitucionais. Se houver contrariedade manifesta - **norma X princípio, norma X cláusula pétrea, iniciativa ilegítima** - o projeto não pode ser admitido. Essa contrariedade não se limita às cláusulas pétreas (**inconstitucionalidade material**) nem às regras de procedimento (**inconstitucionalidade formal**), ela inclui o exame do projeto sob o ângulo da sua natureza jurídica, o que implica incursão no mérito, porém, sem julgamento do mérito. A incursão destina-se a qualificar juridicamente a matéria. Trata-se de questão prévia que condiciona o julgamento do mérito.

A desconformidade do projeto com a Constituição pode ser **formal** ou **material**.

A desconformidade **formal** diz respeito às regras de procedimento do projeto:

- a) quanto à iniciativa, cabendo verificar se quem a tomou tinha poderes para tanto, bem como se cabia iniciativa isolada ou se dependia do apoio de um número mínimo de parlamentares;
- b) quanto aos trâmites, se começou pela Casa certa, se foi despachado pela autoridade competente, se observou as cautelas regimentais.

A desconformidade **material** diz respeito à matéria do projeto. Aqui, distinguem-se dois aspectos:

- a) a **natureza da matéria** e
- b) o **conteúdo da matéria**

Entende-se por **natureza da matéria** as características que determinam a sua posição dentro do ordenamento jurídico. Tais características informam-nos se a matéria é constitucional, administrativa, tributária, penal e assim por diante.

Entende-se por **conteúdo da matéria** as relações de fato que exigiriam uma disciplina normativa, constantes do projeto e da sua justificativa. O **conteúdo da matéria** escapa ao juízo de admissibilidade porque implica no exame e julgamento do mérito do projeto. Este - julgamento de mérito - segundo ditame regimental, compete à Comissão Especial, que examinará, ainda, a oportunidade e a conveniência do projeto.

No que se refere à **natureza da matéria**, inclui-se no juízo de admissibilidade, pois à Comissão de Constituição e Justiça e Redação cabe impedir o prosseguimento de qualquer projeto cuja matéria deva ser tratada em nível infraconstitucional. O respectivo exame exige incursão na matéria do projeto, repita-se, sem julgamento do mérito. Essa incursão vai nos informar: a) de que matéria se trata; b) qual a sua posição no quadro jurídico do Estado; c) o tratamento adequado e legítimo (se em nível constitucional ou se em nível infraconstitucional).

A Emenda Constitucional reclama continência, parcimônia, moderação, por interferir nas decisões da Assembleia Constituinte. Os deputados constituintes foram eleitos para elaborar a Constituição escrita, no exercício do Poder Constituinte, que é o Poder da Nação de organizar o Estado.

Os Parlamentares foram eleitos para respeitarem a Constituição escrita, no exercício do Poder Constituído e nos limites da sua competência.

A mutação formal da Constituição, isto é, a sua modificação mediante emenda votada pelo Poder Legislativo (Poder Constituído) há de ser excepcional. Sempre que houver possibilidade de disciplinar a

matéria mediante lei complementar ou ordinária, assim deverá ser feito, de modo a preservar a integridade do texto constitucional. Respeitando a Constituição escrita, respeitaremos as decisões da Assembléia Constituinte, formada por Representantes da Nação Brasileira. Respeitando a Assembléia Constituinte respeitaremos a vontade do Povo Brasileiro e a nós mesmos, seus atuais Representantes no Congresso Nacional.

No projeto sub examen, interessa-nos a **desconformidade material**, uma vez que não pairam dúvida nem controvérsia sobre o aspecto formal. A matéria é de natureza administrativa e, na sua maior parte, adequado o tratamento mediante projeto de lei ordinária.

Entendo, contudo, que somente a matéria sob a letra a) do projeto, embora de natureza administrativa, justifica o seu tratamento em nível constitucional. Esse dispositivo pretende criar um caso especial de estabilidade ao funcionário público. Destarte, somente poderá fazê-lo mediante emenda constitucional, porque, em nível ordinário, seria inconstitucional, por tipificar exceção ao artigo 41 da Constituição Federal. Uma norma constitucional só pode ser excepcionada ou revogada, por outra norma constitucional.

Todavia, cumpre observar que esse dispositivo, *data venia*, desvirtua o conceito de estabilidade, posto que esta é incompatível com limitação no tempo, salvo para a sua aquisição. O limite normal da estabilidade é a aposentadoria. O limite excepcional é a demissão após o devido processo legal (inquérito administrativo) nos casos expressamente definidos em lei.

O que o dispositivo do projeto está permitindo é que funcionários com menos de três anos adquiram uma estabilidade a termo (cinco anos) na condição de denunciante. Ora, decorrido o quinquênio, o funcionário, de qualquer maneira, terá adquirido a estabilidade de forma definitiva, porque contará com tempo de serviço superior a três anos estabelecido no citado artigo 41 da Constituição Federal.

Esse dispositivo do projeto, com a devida vênia, renderia ensejo ao denunciismo, isto é, à leviandade no sagrado e cívico direito de denunciar. Assim, por exemplo, um funcionário com apenas um dia no cargo público, poderia adquirir estabilidade, bastando para tanto, oferecer denúncia nos termos do projeto de emenda constitucional ora em estudo.

À despeito da necessidade de se criar mecanismos de combate à corrupção não se pode chegar ao extremo oposto de abrir novo caminho à corrupção e à desonestidade. Certamente, não foi esta a intenção dos nobres autores do projeto, porém este é o risco que se corre se permanecer a redação da forma como está. Melhor seria, *permissa maxima venia*, que o dispositivo meramente vedasse a remoção ou a exoneração do funcionário, dê que a denúncia fosse consistente e séria, o que pode ser disciplinado em projeto de lei ordinária. Mas a apreciação disso compete à Comissão Especial, pois, no meu entender, importa em exame e julgamento do mérito.

Do exposto e nos limites da competência regimental desta Comissão, votei vencida, pela admissibilidade da PEC 445/97, com todo o respeito dos doutos votos em contrário e com todas as minhas homenagens aos eminentes Deputados Constituintes.

Sala da Comissão, em 22 de abril de 2003


Deputada Juíza Denise Frossard
Voto Vencido